

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

INSTITUTO DE LETRAS

LETRAS – LÍNGUA PORTUGUESA E RESPECTIVA LITERATURA

ANDRÉIA LOPES SILVA

**ESTUDO PANORÂMICO SOBRE O REFÚGIO NA FORMAÇÃO LITERÁRIA:
literatura infantil e os desafios na formação multicultural**

Brasília

2022

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

INSTITUTO DE LETRAS

LETRAS – LÍNGUA PORTUGUESA E RESPECTIVA LITERATURA

ANDRÉIA LOPES SILVA

**ESTUDO PANORÂMICO SOBRE O REFÚGIO NA FORMAÇÃO LITERÁRIA:
literatura infantil e os desafios na formação multicultural**

Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade de Brasília – Campus Darcy Ribeiro como requisito para obtenção de grau de licenciatura em Letras Português.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Ana Cláudia da Silva

Brasília

2022

RESUMO

Considerando-se a recente elevação no número da comunidade refugiada nas escolas públicas brasileiras, investiga-se sobre uma literatura infantil pensada para ser incluída em um currículo que promova a diversidade cultural e a integração dos refugiados no sistema educacional, bem como, busca-se identificar os desafios da abordagem do refúgio em sala de aula. Além disso, pretende-se averiguar o Diário de Anne Frank para classificá-lo como literatura de refúgio, considerando os traços na obra que evidenciem o relato da autora como refugiada. Por fim, o objetivo deste trabalho é analisar em que medida a presença ou ausência do instituto do refúgio em pauta nos debates das aulas de literatura afeta a integração das crianças migrantes à comunidade escolar, inclusive, discute-se transversalmente a importância da representatividade de crianças refugiadas na literatura infantil, uma vez que este grupo tem crescido rapidamente e ocupado as escolas públicas brasileiras.

Palavras-chave: 1. Educação 2. Literatura infantil 3. Refugiados

ABSTRACT

Considering the recent increase in the number of refugees in Brazilian public schools, we investigate children's literature designed to be included in a curriculum that promotes cultural diversity and the integration of refugees in the educational system, as well as seek to identify the challenges of addressing refugee issues in the classroom. In addition, we intend to investigate the Diary of Anne Frank to classify it as refugee literature, considering the traces in the work that evidence the author's account as a refugee. Finally, the aim of this paper is to analyze to what extent the presence or absence of the refugee institute in the literature class debates affects the integration of migrant children into the school community, including the importance of the representation of refugee children in children's literature, since this group has grown rapidly and occupied Brazilian public schools.

Keywords: 1. Education 2. Children's literature 3. Refugees

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 O PAPEL SOCIAL DA LITERATURA INFANTIL	8
2.1. A literatura infantil na história: origem no mundo e no Brasil	8
2.2. O papel social da literatura infantil na abordagem de temas sociais complexos	9
3 O REFÚGIO ABORDADO NAS AULAS DE LITERATURA	10
3.1 Os desafios do professor na relação literatura-aluno refugiado	10
4 A IMPORTÂNCIA DA REPRESENTATIVIDADE DAS CRIANÇAS REFUGIADAS NA LITERATURA INFANTIL	11
4.1 Os efeitos da inclusão do debate sobre o refúgio no currículo de literatura	11
4.2. Análise do Diário de Anne Frank como uma literatura de refúgio	13
4.3. A contribuição da literatura infantil de/para refugiados na educação	14
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	14
REFERÊNCIAS	16

ESTUDO PANORÂMICO SOBRE O REFÚGIO NA FORMAÇÃO LITERÁRIA:
literatura infantil e os desafios na formação multicultural¹

PANORAMIC STUDY ABOUT REFUGEE IN LITERATURE EDUCATION: children's
literature and challenges for a multicultural education

Andréia Lopes Silva²
Ana Cláudia da Silva³

RESUMO

Considerando-se a recente elevação no número da comunidade refugiada nas escolas públicas brasileiras, investiga-se sobre uma literatura infantil pensada para ser incluída em um currículo que promova a diversidade cultural e a integração dos refugiados no sistema educacional, bem como, busca-se identificar os desafios da abordagem do refúgio em sala de aula. Além disso, pretende-se averiguar o Diário de Anne Frank para classificá-lo como literatura de refúgio, considerando os traços na obra que evidenciem o relato da autora como refugiada. Por fim, o objetivo deste trabalho é analisar em que medida a presença ou ausência do instituto do refúgio em pauta nos debates das aulas de literatura afeta a integração das crianças migrantes à comunidade escolar, inclusive, discute-se transversalmente a importância da representatividade de crianças refugiadas na literatura infantil, uma vez que este grupo tem crescido rapidamente e ocupado as escolas públicas brasileiras.

Palavras-chave: 1. Educação 2. Literatura infantil 3. Refugiados

ABSTRACT

Considering the recent increase in the number of refugees in Brazilian public schools, we investigate children's literature designed to be included in a curriculum that promotes cultural diversity and the integration of refugees in the educational system, as well as seek to identify the challenges of addressing refugee issues in the classroom. In addition, we intend to investigate the Diary of Anne Frank to classify it as refugee literature, considering the traces in the work that evidence the author's account as a refugee. Finally, the aim of this paper is to analyze to what extent the presence or absence of the refuge institute in the literature class debates affects the integration of migrant children into the school community, including the importance of the representation of refugee children in children's literature, since this group has grown rapidly and occupied Brazilian public schools.

Keywords: 1. Education 2. Children's literature 3. Refugees

¹ Artigo científico apresentado à Universidade de Brasília – Campus Darcy Ribeiro como requisito para obtenção de grau de licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Respectiva Literatura

² Graduanda em Letras – Língua Portuguesa e Respectiva Literatura pela Universidade de Brasília – Email: 160002184@unb.br

³ Professora-Orientadora Doutora em Estudos Literários. Pesquisadora de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa. Docente na Universidade de Brasília – E-mail: aclaudasilva@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A contemporaneidade trouxe consigo amplas modificações na padronização da estrutura da social brasileira com o crescimento da diversidade de grupos étnicos, que se intensificou a partir da intensidade do fluxo migratório contemporâneo. Esses grupos ganharam mais participação social nos últimos anos, com isso sua integração à cultura brasileira influenciou nas diversas manifestações artísticas, tais como, a arte, a música, o teatro e a literatura.

São múltiplas as razões que levam ao deslocamento forçado, e o êxodo passa a ser, então, a única opção, viável, projetada pelas famílias que enfrentam tal situação. O deslocamento forçado abrange um número considerável da população infantil que, atualmente, corresponde à maioria do número total de refugiados. Isto é, “existem 82,4 milhões de refugiados no mundo, metade são crianças” (ACNUR, 2022).

Além disso, o Brasil recebe destaque no plano internacional, no que tange ao acolhimento dos refugiados, na América Latina. O gigante latino-americano abriga aproximadamente de 75 mil refugiados, de acordo com os dados disponibilizados na plataforma do Comitê Nacional para os Refugiados. Há, no entanto, os migrantes informais que não aparecem nos dados oficiais, sua invisibilidade dificulta mensurar o seu impacto real no fluxo migratório na realidade concreta. Com relação à idade, temos que, o número de crianças abaixo de quatro anos até dezessete anos soma-se 5.516 pessoas (CONARE, 2022).

Observa-se, a partir dos dados, que no segmento infantil o maior grupo é composto pelas crianças que possuem entre 5 e 11 anos. Isto é, são aquelas que estão na educação infantil, mas também as que têm idade escolar para frequentar o ensino fundamental I.

Dito isso, é preciso enfatizar que essas crianças recorrem à rede pública de ensino, o que se pode evidenciar pela recente aprovação pelo Conselho Nacional de Educação, que regulamentou do processo de matrícula das crianças refugiadas na rede pública para viabilizar o acesso delas aos estabelecimentos institucionais de ensino, com a edição da Resolução Nº 1, de 13 de novembro de 2020 (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2020).

No entanto, a realidade das escolas públicas brasileiras é que elas ainda possuem déficits consideráveis (FUNDAÇÃO TELEFÔNICA VIVO, 2019), como o despreparo, falta ou ausência de profissionais ou estrutura adequados para incluir essas crianças à comunidade escolar, inclusive a questão do currículo (EBC, 2016).

Assim, propõe-se investigar se a literatura pensada em um currículo inclusivo para os refugiados no segmento do ensino fundamental anos iniciais, através de propostas como a inserção de livros com a temática do refúgio ou escritos por autores refugiados, promove a integração educacional dos migrantes. Além de verificar os desafios da abordagem do tema. Bem como, tentar classificar o Diário de Anne Frank como literatura de refúgio, considerando os traços na obra que evidenciem o relato da autora como refugiada. Sendo assim, o objetivo deste trabalho é analisar em que medida a presença ou ausência do instituto do refúgio em pauta nos debates das aulas de literatura afeta a integração das crianças migrantes à comunidade escolar, bem como, discutir transversalmente a importância da representatividade de crianças refugiadas na literatura infantil, uma vez que este grupo tem crescido rapidamente e ocupado as escolas públicas brasileiras.

2 O PAPEL SOCIAL DA LITERATURA INFANTIL

2.1. A literatura infantil na história: origem no mundo e no Brasil

A literatura exerce um papel fundamental na trajetória humana, pois através dela são repassados costumes, ensinamentos e outras tradições culturais, sendo a transmissão verbal de histórias uma forma de simplificar e acessibilizar a literatura às crianças. Quem não tem uma memória literária, seja de um pai ou uma mãe contando histórias folclóricas, ou até mesmo contos antes de dormir?

No entanto, nem sempre houve essa concepção de inserir histórias no mundo infantil para retratar questões complexas ou mais simples, concretas ou imaginadas. Isso porque a história da literatura infantil só se consolidou no século XVIII na Europa. Anteriormente, a criança não era inserida num contexto infantil, uma vez que o conceito de infância ainda não dominava a mentalidade da sociedade à época. Assim, as crianças não recebiam tratamento diferenciado dos adultos, apesar de sua evidente necessidade. O tratamento discriminatório entre crianças e adultos só começa a se destacar efetivamente a partir do século XVIII (DA SILVA, 2009).

Como estaca Aline Luiza da Silva (2009, p. 137) entre os primeiros registros da literatura infantil podemos encontrar as obras de Fenelón, os Irmãos Grimm e Charles Perrault, que:

[...] traz a público Histórias ou contos do tempo passado, com suas moralidades: Contos de Mão Gansa. Ganham, então, forma editorial as seguintes histórias: A Bela Adormecida no bosque, Chapeuzinho Vermelho, O Gato de Botas, As Fadas, A Gata Borralheira, Henrique do Topete e O Pequeno Polegar.

É necessário destacar que a literatura para crianças não era tal como a literatura infantil atual, ao contrário, tratava-se do resultado de uma adaptação de histórias populares e lendas para adultos, como explicam Rodrigues, Alves, Souza et al (2013). Já no Brasil, a literatura infantil se incorpora a partir de traduções de textos portugueses, Alberto Figueiredo Pimentel é considerado o autor pioneiro do gênero no Brasil, por ser o principal responsável pelos ajustes das obras estrangeiras. Em seguida, as publicações de Monteiro Lobato também começam a se sobressair nesse contexto, tendo em vista a sua necessidade de desenvolver expressões com fortes traços da cultura brasileira (RODRIGUES, ALVES, SOUZA et al, 2013).

Segundo o Instituto Moreira Salles (2011) as primeiras expressões de autores refugiados se manifestaram no século XX no Brasil:

O Brasil da primeira metade do século XX recebeu artistas e intelectuais refugiados e imigrantes que colaboraram de muitas formas com a cultura do país, como Otto Maria Carpeaux, Lasar Segall, Paulo Rónai e as irmãs Elisa e Clarice Lispector, cujos acervos estão sob a guarda do Instituto Moreira Salles. A experiência de refúgio impactaria boa parte da produção literária de Elisa Lispector, nascida Leah Pinkhasovna, em Savran (Ucrânia), que teve de se mudar para o Brasil fugindo dos pogrom. Os dois primeiros

romances de Elisa, *Além da fronteira* (1945) e *No exílio* (1948), trazem fortes marcas desse contexto da migração.

Diante disso, pode-se notar que, no Brasil, a relação do refúgio com a literatura se estabeleceu a partir da busca por refúgio dos célebres autores supracitados.

2.2. O papel social da literatura infantil na abordagem de temas sociais complexos

A literatura foi um instrumento de resistência ao longo da história, não raro ouve-se falar de manifestações e expressões literárias que buscavam subverter os regimes autoritários e aristocráticos. Basta voltarmos aos anos 1933, à antiga Alemanha Nazista, quando os nazistas perceberam o potencial da literatura no processo de emancipação intelectual e seus efeitos/riscos àquele regime. Ou, no mesmo ano, em Portugal, durante a ditadura salazarista, na qual a própria Constituição cerceava a liberdade literária e impunha a censura, como explicam Balça, Azevedo e Selfa (2016, p. 94):

Aunque la Constitución da República Portuguesa de 1933 garantizó, en el artículo 8.º, la libertad de expresión y de pensamiento, esta misma Constitución determinaba en el párrafo 2 del mismo artículo que el ejercicio de esa libertad sería regulada por los mecanismos competentes para “impedir preventiva ou repressivamente a perversão da opinião pública na sua função de força social e salvaguardar a integridade moral dos cidadãos.” (V Constituição de 1933, s/p).

Assim, foram várias tentativas de impedir ou limitar a liberdade de expressão ao longo da história da humanidade em vários países e momentos, coincidentes ou não, foram legitimadas pela força normativa e ideológica predominantes. No entanto, a permanência dessa manifestação artística, sobretudo, voltada ao público infantil, é essencial para contribuir com a formação de uma sociedade que esteja aberta a escutar as vozes das pessoas em condição de refúgio que se encontram constantemente em situações traumáticas e são multiplamente violadas.

A respeito da formação literária no contexto da educação de crianças e jovens, Cruvinel e Cunha (2019, p. 2) ressaltam que:

A formação literária de crianças e jovens constitui-se em um desafio para a sociedade que acredita no potencial reflexivo da literatura, e também para a escola, instituição que se responsabilizou, historicamente, por essa formação. A literatura infantil e juvenil preenche um espaço importante na trajetória para o leitor adulto e, também por isso, merece uma atenção especial das instituições que defendem a leitura como uma possibilidade de ser e atuar no mundo.

Nesse sentido, não se trata apenas de atuar apenas no processo de formação literária de crianças e jovens refugiados, mas sobretudo, os não migrantes. Isto é, deve-se buscar concomitantemente desenvolver uma educação formativa com a abordagem humanitária sobre a pauta dos refugiados inclusive para os alunos que não passam ou passaram por esse processo de migração forçada, com o intuito de promover o respeito e a sensibilidade acerca dessa determinada questão, alcançando, então, o potencial reflexivo da literatura e modificando a forma de ser e atuar no mundo.

3 O REFÚGIO ABORDADO NAS AULAS DE LITERATURA

3.1 Os desafios do professor na relação literatura-aluno refugiado

O Brasil recebeu destaque pela sua acolhida aos refugiados nos últimos anos, pois chegam ao país diariamente e o país desenvolveu uma estrutura para recebê-los, a exemplo disso, a Operação Acolhida em Roraima e o projeto Canarinhos da Amazônia. No entanto, há ainda aqueles casos de crianças desacompanhadas que chegam ao Brasil em busca de segurança.

Quando se trata de educação, muitas crianças relatam a dificuldade de ir para a escola, enfrentar caminhos longos e se concentrar nas aulas, por causa do cansaço físico, já que muitas trabalham para ajudar suas famílias com as despesas.

Suas condições educacionais são improvisadas, aquelas que frequentam os assentamentos de refugiados possuem contato com psicólogos para ajudá-las a superar os traumas vividos, mas é um processo individual. Assim, a condição psicológica afeta a vida escolar dessas crianças, como mostra a BBC News Brasil no vídeo intitulado “O campo de refugiados onde ‘crianças dizem querer morrer’”, disponível no YouTube.

Isso evidencia que a questão do ensino para crianças refugiadas deve ser adaptada às suas peculiaridades e os profissionais que as atendem devem estar preparados para lidar com os dilemas da sala de aula, sobretudo nas aulas de literatura. Por isso, torna-se imprescindível a qualificação intensiva do corpo docente para apresentar a literatura como meio de reflexão sobre a identidade cultural, e também como forma de demonstrar mais compreensão sobre a sua condição, como expressam Cruvinel e Cunha (2019).

Para Reviriego-Reinaldo (2020, tradução livre), os professores devem estar emocionalmente preparados para lidar com a complexa relação de ensino dos refugiados. Assim, propõe que o corpo docente desenvolva competências e estratégias de educação emocional, com o intuito de viabilizar a adaptação e inclusão dos menores refugiados no contexto educativo escolar.

A partir desse objetivo geral, a autora traça, então, outros objetivos específicos, entre os quais estão: o aprofundamento do conhecimento do grupo estudantil refugiado; a compreensão das necessidades especiais, acadêmicas e socioemocionais; o aprendizado de estratégias e recursos práticos para enfrentar a acolhida, e a atenção psicopedagógica às crianças refugiadas no processo de adaptação e inclusão ao contexto escolar; bem como o desenvolvimento de atitudes e recursos pessoais, para acompanhar emocionalmente os estudantes refugiados em seu processo de inclusão e adaptação às novas condições de educação e socialização.

Os desafios na sala de aula são ainda mais potencializados quando observado que os documentos oficiais governamentais que regem a educação não mencionam o contexto do refúgio (ALMEIDA, 2017). Assim, em regra, não se vislumbra no ensino literário obras que tratam diretamente do refúgio, incumbindo ao professor, na medida de sua autonomia e arbitrariedade, promover a inclusão desse tema nas aulas e, conseqüentemente, fomentar a discussão da formação identitária.

Além disso, cabe ressaltar a importância da relação entre a literatura juvenil e o seu

público no tocante ao diálogo sobre a formação identitária, conforme explicam Cruvinel e Cunha (2019, p. 3):

Nesse sentido, a literatura juvenil assume uma relevância particular, visto que, por se dirigir a jovens leitores imersos em um mundo aberto para o contato quase instantâneo com o outro, proporcionado pelos aparatos tecnológicos, não pode se isentar de refletir sobre o papel do apelo de outras culturas na formação identitária das novas gerações.

Por fim, cabe ressaltar que a literatura constitui o principal meio para provocar no público infantil a reflexão de temas complexos apresentados de acordo com o seu grau desenvolvimento e maturidade. Nas palavras de Cunha (2006, p.70), “a obra para crianças será mais simples em seus recursos, mas não menos valiosa”.

4 A IMPORTÂNCIA DA REPRESENTATIVIDADE DAS CRIANÇAS REFUGIADAS NA LITERATURA INFANTIL

4.1 Os efeitos da inclusão do debate sobre o refúgio no currículo de literatura

O estudo da literatura nas escolas públicas é uma prática que ainda se apresenta distante da realidade de alguns segmentos da sociedade. Isto porque, o ensino literário, por vezes, aborda mais os aspectos externos, como informações a respeito da vida do autor, do gênero, do período da obra, entre outros (GANZELA, 2018). Assim, observa-se que o aspecto substancial é negligenciado em detrimento dos elementos externos. Disso resultam várias dificuldades relacionadas à prática do ensino literário, mas também provoca no aluno a falta de alteridade com as obras.

Despertar no aluno refugiado o interesse pela literatura vai mais além de escolher bons títulos ou autores premiados para as aulas, trata-se de incluir o estudante apresentando-lhe obras com as quais ele se identifique, seja pelo contexto do refúgio ou pela trajetória dos autores refugiados. É necessário destacar a relevância de desenvolver uma prática pedagógica literária que promova a integração do aluno migrante, considerando suas peculiaridades.

O número de crianças refugiadas que ingressam na escola pública está frequentemente crescendo, mas o que se observa é que a discussão desse tema na formação continuada dos professores ainda se mostra inexpressiva. Portanto, urge ampliar o debate sobre os alunos refugiados, bem como repensar o currículo de literatura, no sentido de incluir não apenas a pauta do deslocamento forçado, mas também dar destaque aos autores estrangeiros refugiados, como uma forma de promover a construção da identidade do aluno e a sua formação crítica-reflexiva como cidadão no espectro social e como indivíduo humano.

A inclusão do debate sobre as questões humanitárias, além de promover a cultura da paz, fortalece a noção de pluralidade/diversidade cultural e fomenta a alteridade/verossimilhança. Sendo assim, é imprescindível a ampliação do debate sobre a pluralidade social no âmbito da prática literária nas escolas públicas, de modo a pensar a representatividade de crianças refugiadas na literatura infantil. Isto é, de maneira que o currículo esteja alinhado à prática e vice-versa.

A literatura infanto-juvenil tem como efeito provocar em seus leitores a consciência reflexiva sobre questões de seu cotidiano e as contradições dos indivíduos. Nesse sentido, Quiles Cabrera (2015, P. 2-3) explica:

Ese tomar conciencia de la trascendencia de lo más obvio es sin duda un factor determinante en las últimas generaciones de escritores que han puesto su foco de atención precisamente en destacar esto: la necesidad de presentar al joven protagonista en entornos cotidianos pero mostrando las contradicciones que, aún más a determinadas edades, están presentes en el individuo y cuya resolución, o no, lo construyen como el individuo que tiene que formar parte de la sociedad e integrarse en ella. El niño y el adolescente necesitan afianzar su personalidad, descubrir su auténtico “yo”³ para crecer como seres sociales libres, tolerantes, críticos y solidarios en un medio, en el que muchas veces nos lleva a un desván donde todos hemos de ser iguales, donde ser distinto acarrea muchos problemas.

Ou seja, a literatura é um meio pelo qual o indivíduo pode alcançar a compreensão dos valores sociais de determinada comunidade, bem como estabelecer contato com suas origens e aspectos relevantes para a construção e o desenvolvimento de sua identidade.

Como relembra Mathias (2017), a formação identitária através da literatura está relacionada com as configurações políticas que viabilizam a integração social dos refugiados no país de acolhimento. Além disso, esclarece que a tomada de voz do refugiado se estabelece na medida em que a dominação da prática discursiva se fortalece, isso é, depende da tomada de decisão do indivíduo, mas também de uma sociedade solidária que valorize a multiculturalidade.

Outro ponto relevante destacado pelo estudioso é que a solidariedade está intrinsecamente relacionada à maturidade democrática. Isso porque, “[e]m espaços caracterizados por uma cultura democrática madura e complexa, há certa preocupação com a inclusão e o empoderamento das mais diversas vozes que compõem um espaço social.” (MATHIAS, 2017, p. 71).

Assim, infere-se que a violência aos refugiados nas sociedades imaturas política e democraticamente se manifesta de forma mais incisiva, porque costumam ser as mais intolerantes e discriminatórias. Nas palavras do autor (MATHIAS, 2017, p. 71):

A materialização da voz em nenhum contexto é automática, pelo contrário, ela depende de uma negociação intensa, em que o sujeito precisa aprender e dominar as práticas discursivas, a fim de poder participar no processo de produção de sentidos e de tomada de decisão. Essa participação naturalmente é bastante dificultada, quando o contexto em que o sujeito circula é caracterizado por uma cultura de violência e de perseguição, especialmente porque o ato da violência, antes de mais nada, tem o objetivo de silenciar, neutralizar ou mesmo destruir a própria base corporal do sujeito.

Portanto, o processo de materialização da voz dos refugiados deve ser um trabalho coletivo e a escola exerce um papel fundamental nessa questão, já que historicamente foi-lhe incumbido o dever de formar um cidadão político e autocrítico, sobre todas as demais instituições sociais.

4.2. Análise do Diário de Anne Frank como uma literatura de refúgio

Em uma tentativa de classificar o Diário de Anne Frank como uma literatura de refúgio, buscaremos o conceito legal e nos apoiaremos no principal marco jurídico nacional, qual seja a Lei 9.474/1997, também denominada Estatuto do Refugiado, devido a sua reconhecibilidade perante a comunidade internacional, assim como a Lei de Migrações (Lei nº 13.445/2017), posto sua capacidade de conferir uma proteção humanizada aos refugiados que buscam acolhimento no Brasil.

Em seu artigo 1º, a norma declara que (BRASIL, 1997):

Art. 1º Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que:

I - devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;

II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;

III - devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país.

Portanto, podemos evidenciar que o refúgio, ao contrário do que muitos, erroneamente, concebem, não se trata apenas de deslocamentos massivos, mas considera o indivíduo e sua impossibilidade de permanência no seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro, como explicita o art. 1º, inciso III, da Lei nº 9.474/97.

Outro ponto relevante que merece atenção é que a migração forçada (ou deslocamento forçado), isto é, o refúgio, pode ser classificado tanto como interno - ou seja, no mesmo país do indivíduo perseguido ou ameaçado -, quanto como externo - nesse caso, a contrario sensu, temos as pessoas que se deslocam para países vizinhos, conforme aduz o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) (UNHCR, 2020). Em 1933, os Frank enfrentam o primeiro deslocamento externo, da Alemanha para a Holanda (FRANK, 1929-1945).

Além disso, a jurisprudência internacional e o próprio ACNUR entendem que não é necessário que ocorra a violação de fato para que o refúgio se concretize, bastando, por si só, a simples ameaça para configurar deslocamento forçado. Tal argumento respalda-se na interpretação do art. 38, inciso IV, da Lei nº 9.474/97, cujo texto descreve como causa para cessar o refúgio o fato de o indivíduo se sentir seguro para estabelecer-se novamente, de maneira voluntária, no país que abandonou ou fora do qual permaneceu por medo de ser perseguido (BRASIL, 1997).

No caso de Anne Frank, ela descreve não apenas o movimento migratório de sua família, mas também de seus tios (1929-1945, p. 20) “[c]omo somos judeus, emigramos, em 1933, para a Holanda, onde meu pai se tornou diretor da Travis A-G. [...] Depois dos pogroms em 1938, os dois irmãos da minha mãe fugiram para a América”. A teoria do deslocamento compulsório se fortalece, uma vez que Anne destaca a condição de ser judeu para emigrar. Isto é, assim associamos que a sua busca por abrigo seguro em um país vizinho se deu por motivos religiosos e fundados temores baseados na intolerância antissemita.

Adiante, ao mencionar seu amigo Harry, ela também descreve, apesar de não deixar claro o motivo, um aparente refúgio. No trecho, Anne escreve (1929-1945, p. 27) “[e]le me contou muitas coisas. Veio para a Holanda com os avós. Os pais estão na Bélgica”.

Desse modo, é possível comprovar que a obra está permeada por relatos de refugiados que buscaram abrigo nos países vizinhos. Além da própria autora mencionar sua experiência.

4.3. A contribuição da literatura infantil de/para refugiados na educação

São diversos os desafios enfrentados em sala de aula não apenas pelos estudantes, mas também pelos professores. Nas escolas públicas brasileiras, a realidade está se modificando na medida em que há um aumento significativo de alunos refugiados nas salas de aulas, considerando décadas atrás. Diante disso, urge buscar novas propostas de formação inovadora que potencializam a inclusão do aluno refugiado à sala de aula, sobretudo no contexto do ensino de literatura.

Para alcançar tal objetivo, acredita-se que o indivíduo deve se sentir compreendido, isto é, a literatura exerce importante papel ao fortalecer a auto afirmação do eu. Portanto, a literatura constituiria uma ferramenta para favorecer o debate da identidade refugiada. Consoante a isso, Cury (2006, p. 10) assinala que a globalização no mundo contemporâneo interfere na questão identitária dos estrangeiros, na medida em que causa estranhamento sobre as projeções da realidade, bem como reforça a sensação de não pertencimento, já que muitas vezes são segregados. Além de argumentar que, apesar da globalização ter por objetivo estabelecer um elo entre os indivíduos de diferentes culturas, comumente acontece o contrário, os migrantes são vítimas de intolerância e discriminação.

A carência pela literatura de refugiado para refugiado se justifica pela, não incomum, retratação degradante e desumana da imagem dos refugiados, que é fruto de um construto ideológico midiático polarizado e oportunista, como afirmam Cruvinel e Cunha (2019). Obras literárias escritas por autores refugiados provocam uma mudança radical no quesito ponto de vista, isso porque o autor munido de sua história, experiência e narrativa é capaz de retratar a história de personagens migrantes com mais precisão, respeito, humanização e verossimilhança.

Por fim, além de proporcionar a representatividade desse grupo social, tendo por princípio a literatura sobre o refúgio como ferramenta apta a reverberar nas práticas sociais e na interação dos alunos em sala de aula, causando um impacto positivo nas relações sociais. Isso é, compreender o aluno refugiado como cidadão global, mas também como cidadão local, atuante no aqui e no agora.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das notícias veiculadas pelo ACNUR, registrando o aumento, cada vez mais frequente, do número de refugiados que se deslocam no mundo contemporâneo, sabendo ainda que, em 2020, alcançou-se a marca de 82,4 milhões, entre os quais, a metade é constituída por crianças, conforme relatado pelo Organismo Internacional; e, que o Distrito

Federal tem sido afetado por esse deslocamento massivo, surgiram dúvidas a respeito das presença ou ausência do tema “refúgio contemporâneo” no currículo de literatura da educação básica. No entanto, apesar de constatada a ausência dessa pauta nas normas curriculares também notou-se o grande despreparo dos profissionais da educação para lidarem com as questões pessoais, isto é, aquelas além do nível educacional dos estudantes. Com isso, observou-se a necessidade de fazer propostas que ajudassem os docentes a compreenderem os desafios enfrentados por esses alunos na escola, em sentido amplo, e nas aulas de literatura, em sentido estrito, como forma de favorecer/promover a integração desses estudantes à comunidade escolar, ainda, pensar na literatura como uma ferramenta capaz de causar impacto e transformação social. Após ter a oportunidade de trabalhar com educação de crianças em uma ONG, na Argentina, em uma comunidade carente, pude retornar para o Brasil e notar que as crianças refugiadas aqui mereciam mais atenção do ponto de vista prático. Assim, a experiência vivida ampliou ainda mais o horizonte das possibilidades de pesquisa nesse eixo. Sobretudo, considerando a realidade do segmento infantil costuma ser triplamente vulnerabilizada, pois é caracterizada pela invisibilidade jurídico-política-social, fato esse que se mostra bastante contraditório, não apenas frente aos princípios jurídicos internacionais de proteção à criança e priorização do atendimento ao público infante-juvenil, mas também na própria legislação interna que prega o princípio da proteção integral à criança. Posteriormente, trabalhei em uma escola com crianças do maternal até o ensino fundamental anos iniciais, o que corroborou para o meu crescimento profissional, mas também social, já que pude observar de perto diferentes fases do desenvolvimento de uma criança e entender como o meio tem potencial para interferir em seu comportamento na sala de aula. Assim sendo, acredito veementemente que o refúgio infantil merece ser tratado à luz dos direitos humanos no crivo jurídico, político e social; principalmente, porque as crianças são mais propensas a desenvolverem traumas durante a infância e diversas questões do deslocamento forçado, com os quais não possuem ainda todas as habilidades cognitivas para superar, deixando marcas para toda a vida. Daí a necessidade de discutir a criação e implementação de políticas públicas de educação, mas também de incluir nos currículos educacionais balizadores que incentivem as escolas e os professores, efetivamente, através de práticas visadas à inclusão dos refugiados. A comunidade escolar deve ser um abrigo para a criança refugiada, porque toda criança precisa de afeto, de direitos garantidos, de educação e de uma comunidade escolar determinada a acolhê-la. Apesar da comunidade científica compreender a necessidade de recepcionar os migrantes, ainda pouco se discute acerca de meios para fazê-lo nas instituições de ensino, inclusive essa lacuna gera ainda mais estigmatização social. Diante disso, a pesquisa teve como objetivo geral entender como o modo de organização das estruturas jurídicas, no contexto de efetivação de direitos, se intersecciona com as políticas públicas e analisar suas estratégias. Nesse sentido, estudar como os mecanismos adotados se mostram eficazes e corroboram para a efetivação do direito ao acesso à educação pública, gratuita e de qualidade, promovendo a integração local das crianças refugiadas às escolas públicas do Distrito Federal. Por fim, constata-se que o objetivo geral foi atendido, pois, foi possível identificar que os componentes normativos curriculares não dispõem acerca do refúgio na literatura. O objetivo específico inicial era conceituar legalmente o termo refugiado dentro da obra *O diário de Anne Frank* e tentar classificá-lo como literatura de refúgio que pudesse ser inserida no contexto da formação literária, que foi atendido porque foi possível identificar os requisitos legais para a caracterização do estado de refugiado, conforme o Estatuto do Refugiado em seu artigo 1º. Também foi esclarecida a evolução histórica da literatura infantil e como os impactaram no construto teórico sobre o tema. O método utilizado foi o método hipotético-dedutivo. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica

e documental. A característica documental da pesquisa também foi consumada pelo uso de legislações pertinentes aos refugiados como a Lei nº 9.474 de 1997 (Lei Brasileira de Refúgio), para fins de conceituação. Com relação aos dados coletados, foram utilizados os números disponibilizados pelo CONARE (2020), órgão que integra o Ministério da Justiça. Além da contribuição dos documentos oficiais, como os pareceres do CNE/CEB. Em tempo, recomenda-se para pesquisas futuras, a análise qualitativa da inserção dos alunos refugiados em ambiente estudantil, assim como, o levantamento de dados sobre o desempenho desses estudantes, de modo a considerar na análise suas peculiaridades, como: interferência da língua na compreensão do conteúdo lecionado, aplicação de atividades em língua materna, entre outras.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DA ONU PARA REFUGIADOS. Home. *In: ACNUR e governo federal lançam guia e portal de educação sobre crianças refugiadas.* Brasília, 18 out. 2021. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/2021/10/18/acnur-e-governo-federal-lancam-guia-e-portal-de-educacao-sobre-criancas-refugiadas/>>. Acesso em: 13 fev. 2022.

AGÊNCIA DA ONU PARA REFUGIADOS. Home. *In: Existem 82,4 milhões de refugiados no mundo. Metade são crianças.* [S. l.], [S.d.]. Disponível em: <<https://www.educacaopararefugiados.com.br/>>. Acesso em: 13 fev. 2022.

AGÊNCIA DA ONU PARA REFUGIADOS. Home. *In: Crianças refugiadas sofrem impacto do fechamento de escolas por Coronavírus:* Mesmo antes da pandemia de coronavírus interromper aulas no mundo todo, as salas de aula já estavam fechadas para milhões de crianças refugiadas. [S. l.], 21 mai. 2020. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/2020/05/21/criancas-refugiadas-sofrem-impacto-do-fechamento-de-escolas-por-coronavirus/>>. Acesso em: 13 fev. 2022.

ALMEIDA, Maicon Salvino Nunes de. Educação para refugiados congolese em Duque de Caxias/RJ: a (in)devida inclusão de crianças e adolescentes. 2017. 53 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.

BALÇA, Angela; FRAGA-DE-AZEVEDO, Fernando; SELFA, Moisés. Literatura infantil portuguesa en tiempos de la dictadura: censura y voces de resistencia. **Ocnos. Revista De Estudios Sobre Lectura**, 16(1), p. 107-120, 2017. https://doi.org/10.18239/ocnos_2017.16.1.1160

BBC News Brasil. O campo de refugiados onde ‘crianças dizem querer morrer’ <<https://www.youtube.com/watch?v=aQdpjHBG2Z4>>. Acesso em: 17 abr. 2022.

BRASIL. Lei nº 9.474 de 22 Julho de 1997. Lei Brasileira de Refúgio. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1997]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9474.htm>. Acesso em 13 de fev. de 2022.

CONARE. Comitê Nacional para os Refugiados. Plataforma interativa de decisões sobre

refúgio, atual. até dez. 2021. Disponível em: <<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNTQ4MTU0NGItYzNkMi00M2MwLWFhZWMTMDBiM2I1NWVjMTY5IiwidCI6ImU1YzZM3OTgxLTY2NjQtNDEzNC04YTBjLTY1NDNkMmFmODBiZSIsImMiOjh9>>. Acesso em: 08 mai. 2022.

CUNHA, Maria Antonieta Antunes. *Literatura Infantil: Teoria e Prática*. São Paulo: Ática, 1987.

CURY, Maria Zilda Ferreira (2006). Uma luz na escuridão: imigração e memória. In: VAZ, Artur Emílio Alarcon; BAUMGARTEM, Carlos Alexandre; CURY, Maria Zilda Ferreira (Org.). *Literatura e imigrantes: sonhos em movimento*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG - POS-LIT; Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, Programa de Pós-Graduação em Letras: História da literatura. p. 9-34.

CRUVINEL, Larissa Warzocha; CUNHA, Andréia Ferreira de Melo. Migrantes e refugiados em Mohamed: um menino afegão, de Fernando Vaz. **Estud. Lit. Bras. Contemp.**, Brasília, n. 58, e586, 2019. Available from <http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2316-40182019000300304&lng=en&nrm=iso>. access on 17 May 2022. Epub Oct 28, 2019. <https://doi.org/10.1590/2316-4018586>.

EBC. Educação. *In: Professores revelam dificuldades de escolas em absorver imigrantes*. [S. l.], 28 set. 2016. Disponível em: <<https://memoria.ebc.com.br/educacao/2016/09/dificuldade-do-brasil-em-receber-filhos-de-migrantes>>. Acesso em: 13 fev. 2022.

FUNDAÇÃO VIVO TELEFÔNICA. Notícias. *In: Os desafios para a inclusão de refugiados nas escolas: Já passam de 73 mil alunos estrangeiros matriculados no país. Acolhimento é a chave para superar as diferenças culturais e de idioma.* [S. l.], 30 jan. 2019. Disponível em: <<https://fundacaotelefonicavivo.org.br/noticias/os-desafios-para-a-inclusao-de-refugiados-na-s-escolas/>>. Acesso em: 13 fev. 2022.

GANZELA, M. O leitor como protagonista: reflexões sobre metodologias ativas nas aulas de literatura. In: *Metodologias ativas para uma educação inovadora uma abordagem teórico-prática*. Organizado por Lilian Bacich e José Moran. Porto Alegre: Penso, 2018, p. 103-124.

INSTITUTO MOREIRA SALLES. Eventos. In: *Literatura e Refúgio: Dia Mundial dos Refugiados*. [S. l.], [S.d.]. Disponível em: <<https://ims.com.br/eventos/literatura-e-refugio/>>. Acesso em: 13 mai. 2022.

INSTITUTO UNIBANCO. Aprendizagem em foco. *In: Equidade: O papel da gestão no acolhimento de alunos imigrantes*. 38. ed. [S. l.], fev 2018. Disponível em: <<https://www.institutounibanco.org.br/aprendizagem-em-foco/38/>>. Acesso em: 13 fev. 2022.

MATHIAS, D. A condição de refugiado e o exercício da voz. **Literatura e Autoritarismo**, [S. l.], n. 29, 2022. DOI: 10.5902/1679849X26578. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/LA/article/view/26578>>. Acesso em: 16 maio. 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (Brasil). CNE - Conselho Nacional de Educação: Refugiados. *In: Resolução CNE/CEB nº 1, de 13 de novembro de 2020*. [S. l.], 13 nov. 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=165271-rcb001-20&category_slug=novembro-2020-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 13 fev. 2022.

RIBEIRO, Bruna; CRIANÇA LIVRE DE TRABALHO INFANTIL. CNE aprova regulamentação sobre matrícula de crianças e adolescentes migrantes no sistema público de ensino brasileiro, [S. l.], p. 1-2, 25 jun. 2020. Disponível em: <<https://livredetrabalho infantil.org.br/noticias/reportagens/conselho-nacional-educacao-aprova-regulamentacao-sobre-matricula-de-criancas-refugiadas/>>. Acesso em: 13 fev. 2022.

REVIRIEGO-REINALDO, Noemí. Propuesta de formación al profesorado de educación primaria para la acogida e inclusión de alumnado refugiado. *Educación*, San José, San Pedro, Montes de Oca, v. 45, n. 1, p. 385-400, June 2021. Available from <http://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2215-26442021000100385&lng=en&nrm=iso>. access on 16 May 2022. <http://dx.doi.org/10.15517/revedu.v45i1.42866>.

XVII SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO MERCOSUL, 2015, Cruz Alta, RS. RODRIGUES, Scheila Leal; ALVES, Carla Rosane da Silva Tavares; SOUZA, Antonio Escandiel de; LAUXEN, Sirlei de Lourdes; BASSO, Berenice Geschwind. *Literatura infantil origens e tendências* [...]. [S. l.: s. n.], 2013. 9 p. Disponível em: <<https://home.unicruz.edu.br/mercosul/pagina/anais/2013/LINGUAGEM%20E%20DESENVOLVIMENTO%20SOCIOCULTURAL/ARTIGOS/>>. Acesso em: 13 mai. 2022.

SILVA, Aline Luiza da. Trajetória da Literatura Infantil: da origem histórica e do conceito mercadológico ao caráter pedagógico na atualidade. *REGRAD - Revista Eletrônica de Graduação do UNIVEM - ISSN 1984-7866*, [S.l.], v. 2, n. 2, june 2010. ISSN 1984-7866. Disponível em: <<https://revista.univem.edu.br/REGRAD/article/view/234>>. Acesso em: 13 mai. 2022.

QUILES CABRERA, María del Carmen. Quién eres y de dónde vienes: Señas de identidad en la literatura infantil y juvenil. *Tonos digital: Revista de estudios filológicos*, [s. l.], ano 2015, n. 28, p. 1-24, 2015. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4952463>. Acesso em: 13 fev. 2022.

UNESCO. Biblioteca digital. *In: Relatório de monitoramento global da educação, resumo, 2019: : migração, deslocamento e educação: construir pontes, não muros*. [S. l.], 2018. 62 p. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000265996_por>. Acesso em: 13 fev. 2022.